



Curso de Cidadania Sanitária
Ficha de Avaliação Sumativa do Módulo 1:
Saúde como Direito Humano

Nome do formando: _____

Data: ____ / ____ / ____

Avaliador: _____

Avaliação final: _____ / 20 valores

Módulo 1. Questões de escolha múltipla

Cotação total: 1,666 x 12 = 20 Pontos

Afirmação	Opção de Resposta e Pontuação
<p>1. Indique a melhor opção que representa o contexto histórico da saúde enquanto um Direito Humano.</p> <p>a) A segunda guerra mundial foi o marco histórico que determinou o reconhecimento da saúde enquanto um direito dos povos europeus;</p> <p>b) A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada em 1948, é indicada como um marco na fundação do direito à saúde, enquanto um direito humano;</p>	

<p>c) A seguir à DUDH, vários tratados, acordos e cartas foram constituídas para assegurar que os países consignatários reconhecessem e se esforçassem para prover cuidados de saúde, sem discriminação dos seus cidadãos;</p> <p>d) Todas as alternativas acima estão incorretas.</p>	
<p>2. Indique a resposta falsa em relação ao reconhecimento do Direito à Saúde.</p> <p>a) O direito à saúde é um direito humano civil e político reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos do ano 1948.</p> <p>b) Os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) são direitos humanos relacionados com as condições sociais e económicas básicas, necessárias para uma vida digna e livre, respeitando questões básicas como: trabalho, segurança social, saúde, educação, alimentação, água, habitação, meio-ambiente e cultura;</p> <p>c) O direito à saúde pode ser compreendido como o direito das populações a dispor de actividades de promoção de saúde, prevenção, tratamento e reabilitação das doenças, tendo em conta as suas particularidades individuais e colectivas.</p> <p>a) O direito à saúde é um direito económico, social e cultural reconhecido no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, (PIDESC).</p>	
<p>3. Qual das alternativas abaixo não representa um determinante da saúde.</p> <p>a) Água potável segura e saneamento adequado;</p> <p>b) Alimentos seguros;</p> <p>c) Alimentação e habitação adequadas;</p> <p>d) Condições laborais e ambientais saudáveis;</p> <p>e) Educação e informação em saúde;</p> <p>f) Igualdade de género;</p> <p>g) Qualidade das linhas de ferro existentes num país;</p> <p>h) Todas as alternativas estão correctas.</p>	
<p>4. Indique a alternativa que melhor representa o direito à saúde.</p> <p>a) O direito à saúde contém liberdades. Essas liberdades incluem o direito ao livre tratamento médico, inclusão em ensaios clínicos.</p> <p>b) O direito à saúde contém diferentes aspectos que devem ser salvaguardados, no entanto, torna-se difícil para os governos garantir o gozo completo do direito à saúde devido aos desafios que os sistemas de saúde apresentam;</p> <p>c) Os serviços, bens e instalações de saúde devem ser fornecidos a todos os cidadãos sem qualquer discriminação. Proibição da discriminação é um princípio fundamental nos direitos humanos e é crucial para o gozo do direito à saúde, ao mais alto padrão possível tendo em conta as condições económicas do país. (ver secção sobre proibição da discriminação abaixo).</p> <p>d) Todos os serviços, bens e instalações devem estar disponíveis, acessíveis, aceitáveis, assim como devem ser de boa qualidade.</p> <p>e) Todas as alternativas estão correctas.</p>	
<p>5. Indique a alternativa falsa. O direito à saúde contém direitos. Esses direitos incluem:</p> <p>a) O direito à prevenção, tratamento e controlo de doenças;</p> <p>b) Saúde materna, infantil e reprodutiva;</p> <p>c) O direito a um sistema de proteção à saúde que proporcione igualdade de oportunidades para que todos desfrutem, ao mais alto nível, uma saúde de qualidade;</p>	

<ul style="list-style-type: none"> d) Acesso a medicamentos essenciais; e) Acesso ao dinheiro público dedicado ao bem-estar das populações; f) Acesso igual e oportuno aos serviços básicos de saúde; g) A oferta de educação e informação relacionada com a saúde; h) Participação da população na tomada de decisões relacionadas à saúde, nos níveis nacional e comunitário. 	
<p>6. Selecione as alternativas verdadeiras. No direito à saúde existem alguns equívocos ou incongruências que se devem prestar atenção, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) O direito à saúde só pode ser um objectivo de longo prazo; b) A difícil situação financeira de um país justifica a inação ou a suspensão das suas obrigações; c) Os Estados não são obrigados, sem efeitos imediatos, a garantir o gozo dos níveis mínimos essenciais do direito à saúde; d) O direito à saúde é apenas sobre a prestação de serviços de saúde; e) Todas as alternativas excepto a C; f) Todas as alternativas. 	
<p>7. Assinale apenas uma das alíneas que melhor explica os desafios do gozo ao direito à saúde em Moçambique.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A pobreza é um dos principais factores de vulnerabilidade no direito à saúde em Moçambique; b) A desigualdade de género é um importante factor de risco para a saúde das mulheres; c) A inexistência de unidades de saúde em áreas rurais pode causar prejuízo ao direito à saúde das populações que residem nessas áreas; d) Todas as expressões são igualmente verdadeiras. 	
<p>8. Indique a resposta falsa em relação ao reconhecimento do direito à saúde na Constituição de Moçambique.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A Constituição da República de Moçambique (CRM) garante o direito à saúde para toda a população do país, independentemente do sexo, idade, religião, área rural ou urbana; b) A CRM garante o direito à saúde apenas para as populações mais vulneráveis, entre elas pessoas vivendo com HIV/SIDA, mulheres grávidas, crianças menores de um ano e idosos; c) A CRM indica que os consumidores têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos, à formação e à informação, à protecção da saúde, da segurança dos seus interesses económicos, bem como à reparação de danos; d) A CRM recomenda a participação activa das populações nas questões ligadas à sua saúde; <p>a) Entre os elementos que contribuem par o direito à saúde, a CRM concede um papel muito importante à habitação condigna.</p>	
<p>9. Indique as expressões falsas.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Ainda que os Estados assinem tratados internacionais, relevantes sobre direitos humanos, entre eles o direito à saúde, de facto não são obrigados a tomar medidas que conduzam à concretização progressiva do direito à saúde; 	

<ul style="list-style-type: none"> b) Os Estados que assinaram tratados internacionais relevantes sobre direitos humanos, entre eles o direito à saúde, têm de incluir artigos nas suas constituições relativos ao direito à saúde; c) A Constituição moçambicana, como não é um tratado internacional, não contempla o direito à saúde como um direito constitucional; a) Todas as anteriores são falsas. 	
<p>10. Indique qual das alternativas abaixo são verdadeiras.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Os serviços de saúde em Moçambique são na sua maioria fornecidos pelo sector privado, sobretudo nas áreas urbanas com taxas sociais e acessíveis para quase toda a população; b) A disponibilidade de serviços de saúde implica necessariamente o acesso equitativo aos mesmos por todos/as os/as cidadãos/ãs; c) Os serviços de saúde em Moçambique são, na sua maioria, fornecidos pelo estado, através do Ministério da Saúde, em taxas baixas; d) Os níveis de conhecimento e informação que o profissional de saúde detém são per si uma salvaguarda de prestação de cuidados e serviços de saúde de alta qualidade para as populações; e) A disponibilidade e acesso aos medicamentos não constituem elementos centrais no direito à saúde em Moçambique, pois existem farmácias privadas que podem prover os medicamentos a preços do mercado; f) O acesso aos cuidados e serviços de saúde em Moçambique é influenciado por vários factores. 	
<p>11. Sobre o PESS 2014 – 2019, indique a alternativa falsa.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) O PESS possui 2 pilares, nomeadamente: 1) “Mais e Melhores” serviços, que visa acelerar os progressos para cumprir com os compromissos assumidos, sobretudo nas áreas de mortalidade materna e neonatal, malnutrição, redução do peso da malária, HIV, TB e DTN, através da intensificação das acções de promoção da saúde e da melhoria do acesso a intervenções-chave de qualidade; b) O segundo pilar, que enfoca numa agenda de reformas holísticas centradas na descentralização, com o objetivo de fortalecer o sistema de saúde e permitir sustentar os ganhos actuais e futuros na melhoria equitativa do estado de saúde; c) Todas as alternativas acima são falsas. 	